



Prospecto de acordo com
o código de auto-
regulação da ANBID para
a indústria de fundos de
investimentos

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I

C.N.P.J./M.F. n.º 08.273.747/0001-25

Administração – Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rating das Quotas: "brAf" Standard & Poor's

Distribuição pública de 240.000 (duzentas e quarenta mil) quotas sênior da primeira emissão ("Quotas Sênior" e "Emissão", respectivamente) do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado Privado I ("Fundo"), totalizando:

R\$ 240.000.000,00

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) de titularidade do Banco Rural S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Rio de Janeiro, n.º 927, 14º andar, Parte, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 33.124.959/00001-98 ("Rural"), originados de operações praticadas pelo Rural voltadas à concessão de financiamentos nos termos da Lei n.º 10.820/03 e da Lei n.º 8.112/90 a (i) empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme alterada), de pessoas jurídicas de direito privado ("Empresas Conveniadas") e (ii) servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais de entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ("Entidades Conveniadas"), que tenham celebrado com o Rural "Instrumento Particular de Convênio" ("Convênios") (sendo as Empresas Conveniadas e as Entidades Conveniadas em conjunto designadas como os "Agentes de Repasse"; os beneficiários dos financiamentos concedidos pelo Rural, no âmbito dos Convênios, em conjunto designados como os "Mutuários" e os financiamentos concedidos pelo Rural a Mutuários, no âmbito dos Convênios, em conjunto designados como os "Empréstimos Consignados"). Os Empréstimos Consignados são pagos por meio de desconto realizado pelos Agentes de Repasse diretamente na folha de pagamento de salário dos respectivos Mutuários devedores de Empréstimos Consignados. Os direitos de recebimento que o Rural detém contra os Mutuários, em decorrência da celebração e concessão dos Empréstimos Consignados acima qualificados, são os Direitos de Crédito referidos neste parágrafo. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas Sênior são objeto de distribuição pública no mercado de balcão não organizado ("Oferta"), que será conduzida pela Mellon Serviço Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"), sendo que o Administrador contratou a Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 82, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.039.551/0001-45, sociedade devidamente autorizada a exercer a atividade profissional de agente autônomo de investimento pela CVM, para auxiliá-lo na distribuição pública das Quotas Sênior ("Agente Autônomo"). A Emissão é composta por 240.000 (duzentas e quarenta mil) Quotas Sênior com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) e 80.000 (oitenta mil) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas"), também com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, de forma que o patrimônio inicial do Fundo, após a integralização das Quotas da Emissão, será de até R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais). Não há valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Emissão. As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças celebrado entre o Rural e o Administrador. Para os fins deste Prospecto, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão designadas em conjunto como as "Quotas".

O Fundo foi constituído, em 23 de agosto de 2006, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado Privado I", e seu regulamento, conforme aditado, foi registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 2006, sob o n.º 1599924 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, em 5 de setembro de 2006, sob n.º CVM/SER/RFD/2006/040, nos termos da Instrução CVM n.º 356/2001 e da Instrução CVM n.º 400/2003.

Ainda que o Administrador e o Gestor (conforme definido neste Prospecto) mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor da Carteira, do custodiante do Fundo, do Rural, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco, nas páginas 22 a 26 deste Prospecto.

Todo investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

O Fundo busca aplicar seus recursos em Ativos Financeiros (conforme definidos neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo".

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Agente Autônomo e à CVM. O Rural não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.



Mellon Serviços Financeiros

Administrador



Integral-Capitânia

Gestor



Bradesco

Custodiante

STANDARD
& POOR'S

Agência de Classificação de Risco

integral trust
SERVIÇOS
FINANCEIROS

Estruturador

Martos Filho
Veiga Filho
Marrey Jr.
e Quiroga
ADVOCADOS

Assessoria Jurídica



Auditores Independentes



Distribuidor

A data deste Prospecto é 25 de setembro de 2006

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
• Definições.....	7
• Resumo das Características da Oferta	12
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	14
• Características da Oferta	15
• Negociação das Quotas.....	17
• Custos de Distribuição das Quotas.....	18
• Outras Informações	18
• Identificação dos Consultores e Auditores.....	19
• Declaração do Administrador	20
3. FATORES DE RISCO	21
• Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros.....	22
• Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros.....	22
• Riscos de Liquidez.....	24
• Riscos Operacionais Envolvendo o Fundo.....	24
• Riscos de Descontinuidade	25
• Outros Riscos	26
4. RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I	27
• Base Legal	28
• Público Alvo	28
• Administração	28
• Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo.....	28
• Agência Classificadora de Risco das Quotas	29
• Auditoria.....	29
• Objetivo de Investimento.....	29
• Política de Investimento e Composição da Carteira.....	29
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas	31
• Amortização e Resgate das Quotas.....	35
• Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros	37
• Assembléia Geral de Quotistas	38
• Avaliação dos Ativos do Fundo.....	40

• Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo e Eventos de Substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança	40
• Enquadramento da Razão de Garantia	46
• Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento.....	46
• Reserva de Pagamentos e Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo	47
• Política de Divulgação de Informações relativas ao Fundo	48
• Forma de Divulgação de Informações	49
• Atendimento aos Quotistas.....	49
• Taxas e Encargos do Fundo.....	49
• Regras de Tributação do Fundo	51
• Inadimplência dos Agentes de Repasse e dos Direitos de Crédito Elegíveis e Faculdade do Rural de Recomprar Direitos de Crédito	54
5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO.....	57
• Direitos de Crédito	58
• Política de Cadastramento de Agentes de Repasse e Concessão de Empréstimos Consignados e Descrição dos Procedimentos de Formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis.....	58
• Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito e Procedimentos referentes à Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo	64
6. O RURAL	68
• Breve Histórico	69
• Atividades do Rural	69
• Estrutura de Controle e Administração	70
• Sociedades Controladas	70
7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA.....	73
• Informações sobre as Partes.....	74
• Relacionamento entre as Partes	75
8. ANEXOS	77
• Sumário dos Contratos da Operação	A1
• Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo.....	A2
• Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento, Emissão de Quotas do Fundo e Aprovação do Suplemento da EmissãoA3	
• Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e do Suplemento da Emissão.....	A4
• Cópia da Deliberação de Alteração do Suplemento da Emissão, cópia do Regulamento e do Suplemento referente à Emissão vigentes na data deste Prospecto.....	A5

- Cópia do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças.....A6
- Cópia do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças.....A7
- Súmula de Classificação de Risco das Quotas SêniorA8
- Procedimentos de Cobrança de Repasses Inadimplentes.....A9
- Declaração firmada pelo Diretor Responsável do AdministradorA10

1. INTRODUÇÃO

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência Classificadora de Risco	Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a Standard & Poor's.
Agente Autônomo	A Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda., sociedade regularmente constituída e devidamente autorizada a exercer a atividade profissional de agente autônomo de investimento pela CVM, contratada pelo Administrador para auxiliá-lo na Oferta.
Agente de Cobrança	O Rural, nos termos do Regulamento e do Contrato de Recebimento e Cobrança.
Agente de Conciliação	O Rural, nos termos do Regulamento e do Contrato de Recebimento e Cobrança.
Agente de Depósito	O Rural ou terceiro por ele contratado, nos termos do Contrato de Depósito, para prestar serviços de armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis.
Agente de Recebimento	O Custodiante, nos termos do Regulamento e do Contrato de Recebimento e Cobrança.
Agentes de Repasse	As Empresas Conveniadas em conjunto com as Entidades Conveniadas.
Amortização Extraordinária	Amortização extraordinária de Quotas Sênior em circulação, que poderá ser realizada pelo Administrador, a qualquer tempo, mediante solicitação do Gestor, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis estabelecida no Regulamento e/ou à observância da política de investimento descrita no Regulamento.
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas Sênior da primeira emissão do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado Privado I.
Ativos Financeiros	Moeda corrente nacional, títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do Banco Central do Brasil.
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
Carteira	A Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros do Fundo.

Cedente	O Rural, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas	Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças celebrado entre o Rural e o Administrador, por meio do qual o Rural se comprometeu a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, até o encerramento da distribuição da Emissão, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Emissão, bem como a subscrever novas Quotas Subordinadas emitidas nos termos do Capítulo Quinze do Regulamento.
Condições de Cessão	Condições mínimas descritas no Anexo I do Regulamento, necessárias para o cadastramento, pelo Rural, de Agentes de Repasse, bem como para a concessão de Empréstimos Consignados.
Contrato de Auditoria de Conformidade	Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria de Conformidade a ser celebrado entre o Cedente, os Auditores Independentes, o Administrador e o Gestor, até a Primeira Data de Emissão, por meio do qual será realizada auditoria mensal no Cedente, até a data de liquidação do Fundo, às expensas do Cedente, para certificação de que os procedimentos descritos no Regulamento, Contrato de Cessão, Contrato de Recebimento e Cobrança, Contrato de Custódia e no Contrato de Depósito estão sendo observados pelo Cedente.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Gestor, até a Primeira Data de Emissão, por meio do qual as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo serão formalizadas e reguladas.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado Privado I, celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Contrato de Depósito	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis a ser celebrado entre o Custodiante e o Agente de Depósito, para prestação de serviços de armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis.
Contratos da Operação	O Contrato de Custódia, em conjunto com o Contrato de Cessão, Contrato de Recebimento e Cobrança, Contrato de Auditoria de Conformidade, Contrato de Depósito, referentes à operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
Contrato de Recebimento e Cobrança	Contrato de Agente de Recebimento e Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Rural, com a

	<p>interveniência do Gestor, até a Primeira Data de Emissão, por meio do qual o Custodiante será contratado para ser o responsável pelo recebimento, liquidação e transferência dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito originados no âmbito de Convênios, e que regulará a obrigação do Rural de (i) prestar serviço de disponibilização de informações ao Custodiante, para que o Custodiante possa realizar a conciliação dos Repasses efetuados pelos Agentes de Repasse mediante depósito em conta de arrecadação sob o controle do Custodiante e, conseqüentemente, possa transferir ao Fundo os recebimentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e transferir ao Cedente os recebimentos referentes aos Direitos de Crédito não cedidos ao Fundo e (ii) prestar serviço de cobrança dos Repasses Inadimplentes.</p>
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Critérios de Elegibilidade	Requisitos mínimos aplicáveis aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, os quais deverão ser verificados pelo Custodiante, conforme previstos no Regulamento.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição e Pagamento	Cada data em que seja formalizada a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, nos termos do Regulamento.
Data de Amortização	Cada data em que for realizado pagamento de amortização das Quotas Sênior.
Data de Resgate	Data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior do Fundo.
Direitos de Crédito	Direitos de Crédito originados pelo Rural contra os Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse.
Direitos de Crédito Elegíveis	Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
Direito de Crédito Desvinculados	Direitos de Crédito Elegíveis que deixem de estar vinculados a Convênios por qualquer razão que os Agentes de Repasse e/ou o Fundo não controlem, tais como o desligamento ou demissão dos Mutuários como empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse.
Documentos Comprobatórios de Crédito	Os documentos descritos no Anexo I do Regulamento do Fundo, que formalizam a origem dos Direitos de Crédito.
Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo.
Empresas Conveniadas	Pessoas jurídicas de direito privado que tenham celebrado com o Cedente "Instrumento Particular de Convênio Privado".
Empréstimos Consignados	Financiamentos concedidos pelo Cedente a Mutuários, no âmbito dos Convênios.

Entidades Conveniadas	Entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tenham celebrado com o Cedente “Instrumento Particular de Convênio Público”.
Gestor	Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., contratada pelo Administrador para realizar a gestão da Carteira do Fundo.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, e pela Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução da CVM n.º 429, de 28 de março de 2006.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pelas Instruções da CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, e 413, de 30 de dezembro de 2004.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Mutuários	Os empregados das Empresas Conveniadas ou funcionários das Entidades Conveniadas, beneficiários dos Empréstimos Consignados concedidos pelo Cedente, no âmbito dos Convênios.
Preço de Aquisição	Preço de cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis, calculado nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Preço de Emissão	O preço inicial de emissão das Quotas da Emissão, que corresponde a R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, na Primeira Data de Emissão.
Primeira Data de Emissão	A data da primeira integralização de Quotas representativas do patrimônio do Fundo.
Quotas	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
Quota(s) Sênior	Qual(is)quer quota(s) sênior de emissão do Fundo.
Quota(s) Subordinada(s)	Qual(is)quer quota(s) subordinada(s) de emissão do Fundo.
Quotista(s)	Titular(es) de quaisquer Quotas do Fundo.
Razão de Garantia	Razão que obriga a manutenção de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do valor total do patrimônio líquido do Fundo representado por Quotas Subordinadas, até o resgate integral de todas as Quotas Sênior.
Regulamento	Regulamento do Fundo, conforme aditado, anexo ao presente Prospecto.
Repasse Inadimplentes	Repasse devidos por Agentes de Repasse, relativos a Empréstimos Consignados, cujos Mutuários sejam devedores de Direitos de Crédito Elegíveis, e que não sejam realizados pelos Agentes de Repasse nas datas estabelecidas nos respectivos Convênios celebrados com o Cedente, por falha, culpa ou dolo dos Agentes de Repasse.
Reserva de Pagamento	Reserva de pagamento que deverá ser constituída pelo Custodiante, nos

	termos do Regulamento e do item 4.17. deste Prospecto, correspondente aos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas do Fundo.
Rural	Banco Rural S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Rio de Janeiro, n.º 927, 14º andar, Parte, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 33.124.959/00001-98.
SFF	Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Suplemento	Suplemento ao Regulamento do Fundo que contemplará as características da Emissão de Quotas do Fundo e que segue anexo a este Prospecto.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto ou nos Contratos da Operação.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Número da Emissão	1 ^a
Montante Total da Oferta	R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)
Quantidade de Classes	Duas, uma classe de quotas sênior e uma classe de quotas subordinadas
Quantidade de Quotas Sênior	240.000 (duzentas e quarenta mil)
Forma de Integralização de Quotas Sênior	Os investidores subscritores de Quotas Sênior celebrarão compromisso de investimento com o Fundo, regulando a forma de integralização das Quotas Sênior, na medida em que o Fundo tenha oportunidades de investimento em Direitos de Crédito, conforme descrito no Regulamento do Fundo
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Sênior	Mensal, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Primeira Data de Emissão
Datas Programadas para Pagamento de Amortização das Quotas Sênior	Todo dia 15 de cada mês, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês e até o 42º (quadragésimo segundo) mês, contados da Primeira Data de Emissão
Data programada para o Pagamento de Resgate das Quotas Sênior	Dia 15 do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Primeira Data de Emissão
Prazo para Resgate das Quotas Sênior	42 (quarenta e dois) meses contados da Primeira Data de Emissão
Administrador/Distribuidor	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que contratou a Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda., para auxiliá-la na distribuição pública das Quotas Sênior
Preço de Emissão	O Preço de Emissão das Quotas Sênior da Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota Sênior, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)
Negociação	As Quotas Sênior são admitidas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX operacionalizado pela BOVESPA, e no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, também registrar as Quotas Sênior para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX da BOVESPA
Público Alvo	O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios performados
Inadequação do Investimento	A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla

Informações Adicionais

liquidez em seus títulos

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador e/ou ao Agente Autônomo e/ou à CVM

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas Sênior da Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, que contratou o Agente Autônomo, para auxiliá-lo na distribuição pública das Quotas Sênior.

2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios performados.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Sênior

A Oferta foi registrada na CVM, em 5 de setembro de 2006, sob n.º CVM/SER/RFD/2006/040, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Emissão e Quantidade de Quotas Sênior Objeto da Oferta

A Emissão compreende o total de 240.000 (duzentas e quarenta mil) Quotas Sênior e 80.000 (oitenta mil) Quotas Subordinadas, em uma única série, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinada, não sendo objeto da Oferta.

2.1.5. Preço de Emissão das Quotas Sênior e Preço de Integralização das Quotas Sênior no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão inicial das Quotas Sênior da Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota Sênior, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) na Primeira Data de Emissão.

A integralização de Quotas Sênior será feita em moeda corrente nacional, pelo valor total da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no subitem 4.9.8. deste Prospecto.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior durante o Prazo de Colocação

As Quotas Sênior serão integralizadas mediante chamadas parciais de capital, na medida em que o Fundo tenha oportunidades de investimento em Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão, conforme disposto nos respectivos compromissos de investimento que serão celebrados entre os investidores subscritores de Quotas Sênior e o Fundo, regulando a forma de integralização das Quotas Sênior.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do sistema SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA; (ii) por meio do SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP; (iii) por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou (iv) por meio de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador, e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”, na forma do Anexo IV ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Regulamento e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto.

As Quotas Sênior deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro da Oferta perante a CVM. Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, conforme solicitação do Administrador, as Quotas Sênior que não forem subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias acima referido serão canceladas pelo Administrador.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Colocação	As Quotas Sênior do Fundo deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro da Oferta junto à CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta junto ao Administrador e/ou ao Agente Autônomo, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos boletins de subscrição das Quotas Sênior.
Distribuição junto ao público	As Quotas Sênior serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme descrito na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios performados.

Subscrição e Integralização das Quotas Sênior	<p>No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador, e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”, na forma do Anexo IV ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Regulamento e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto.</p> <p>A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do sistema SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA; (ii) por meio do SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP; (iii) por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou (iv) por meio de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.</p>
Divulgação do Resultado da Oferta	<p>O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, qual seja, o jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro.</p>

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada investidor interessado em adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta deverá ser de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Durante o prazo de duração do Fundo, nenhum Quotista do Fundo poderá deter mais do que 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo representado por Quotas Sênior emitidas e em circulação.

2.1.9. Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Sênior Objeto da Oferta

As Quotas Sênior não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado, sendo que o valor e a rentabilidade das Quotas Sênior serão definidos de acordo com o disposto no subitem 4.9.8. deste Prospecto e no Suplemento.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas Sênior serão admitidas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX operacionalizado pela BOVESPA, e no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá registrar as Quotas Sênior para negociação também no BOVESPA FIX operacionalizado pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista adquirente das Quotas Sênior, de forma a cumprir com o disposto no subitem 2.1.2. acima.

As Quotas Subordinadas do Fundo, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Rural, não serão objeto de negociação, sendo proibida a sua transferência a terceiros.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>	<i>% em relação ao valor total da Oferta</i>
<i>Despesas de Registro</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,034</i>
<i>Publicações</i>	<i>4.000,00</i>	<i>0,002</i>
<i>Auditores Independentes</i>	<i>40.000,00</i>	<i>0,017</i>
<i>Agência Classificadora de Risco das Quotas</i>	<i>65.000,00</i>	<i>0,027</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>100.000,00</i>	<i>0,042</i>
<i>Total</i>	<i>291.870,00</i>	<i>0,121</i>
<i>Custo Unitário de Distribuição</i>		
<i>Preço por Quota (R\$) *</i>	<i>Custo por Quota (R\$)</i>	
1.000,00	1,216	
<i>* com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Emissão</i>		
<i>Montante Total da Oferta (R\$)</i>	<i>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</i>	
240.000.000,00	291.870,00	

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à BOVESPA, à CETIP, à sede do Administrador e/ou do Agente Autônomo, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo, sendo que o Regulamento, o Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Administrador:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3974-4535

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

Website: www.mellonbrasil.com.br

Agente Autônomo:

Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda.

Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 82, 8º andar

São Paulo – SP

Correio Eletrônico: advisory@capitania.net

Website: www.capitania.net

Comissão de Valores Mobiliários:

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo - SP

Website: www.cvm.gov.br

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA:

Rua XV de Novembro, n.º 275

São Paulo - SP

Website: www.bovespa.com.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP:

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Consultores e Auditores

Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

01403-001 - São Paulo - SP

At.: Sra. Marina Procknor e Sr. André Costa De Vita

Tel.: (11) 3147-7665

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br/acdevita@mattosfilho.com.br

Auditores

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras do Fundo, podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo - SP

At.: Sr. Ricardo Anhesini Souza

Tel.: (11) 3067-3000

Fax: (11) 3079-3752

Website: www.kpmg.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição líder responsável pela colocação pública das Quotas Sênior da Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento e à composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

3.1. Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. As oscilações acima referidas podem impactar negativamente no patrimônio líquido do Fundo e na rentabilidade das Quotas.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Elegíveis e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no subitem 4.9.8. deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador, o Gestor e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item.

A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente no patrimônio líquido do Fundo e na rentabilidade das Quotas.

3.2. Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros

O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos descritos no Anexo I ao Regulamento e na legislação aplicável, dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Mutuários (nos casos dos Direitos de Crédito Desvinculados) e pelo cumprimento, pelos Agentes de Repasse, de suas obrigações de Repasse (conforme abaixo definido), nos termos dos Convênios, ao Agente de Recebimento, dos pagamentos dos Empréstimos Consignados realizados pelos Mutuários. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Empréstimos Consignados sejam pagos pelos Mutuários e os pagamentos dos Direitos de Créditos Elegíveis sejam repassados pelos Agentes de Repasse, não havendo qualquer garantia

de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios de Crédito e (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Agente de Repasse ou Mutuário devedor em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Os Agentes de Repasse serão notificados e solicitados a realizar, a partir da assinatura do Contrato de Cessão, os Repasses de pagamentos de Direitos de Crédito contra Mutuários a eles vinculados para a conta de arrecadação sob o controle do Custodiante ("Conta Centralizadora"), que será controlada pelo Agente de Recebimento. Não há garantia de que os Agentes de Repasse efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente na Conta Centralizadora, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, este está obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá ou estará apto a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Os Direitos de Crédito são pagos por meio de desconto realizado pelos Agentes de Repasse diretamente na folha de pagamento de salário dos respectivos Mutuários devedores de Empréstimos Consignados. Assim, os Agentes de Repasse são responsáveis pelo repasse, ao Cedente, em nome dos Mutuários, dos pagamentos dos Direitos de Crédito ("Repasse"). Em regra, os Mutuários devedores dos Direitos de Crédito não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis de que sejam devedores, de modo que, caso o Fundo altere a sua estratégia inicial estabelecida no Regulamento e passe a realizar esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de Direitos de Crédito Desvinculados que não sejam pagos nas respectivas datas de pagamento, não há garantia de que estes Mutuários devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício dos Cedentes, estes serão obrigados a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que os Cedentes cumprirão com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

3.3. Riscos de Liquidez

As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios, como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

3.4. Riscos Operacionais Envolvendo o Fundo

Falhas nos procedimentos utilizados pelo Cedente para cadastrar Agentes de Repasse e celebrar Convênios e Empréstimos Consignados, conforme descrito no Anexo I ao Regulamento, podem prejudicar a qualidade de crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e a sua devida formalização, fato este que poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Falhas nos procedimentos de Repasse dos Agentes de Repasse de acordo com os termos e condições dos respectivos Convênios, e de acordo com o procedimento descrito nos Anexos I e II ao Regulamento, poderão implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Nos termos do Contrato de Depósito, o Rural será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios de Crédito, na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito pelo Rural pode representar

uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos de Crédito Elegíveis, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios de Crédito. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, o Rural será o Agente de Conciliação do Fundo, sendo responsável por informar ao Custodiante quais Repasses realizados na Conta Centralizadora são referentes a pagamentos de Direitos de Crédito Elegíveis e quais Repasses realizados na Conta Centralizadora são referentes a pagamentos de Direitos de Crédito não cedidos ao Fundo. A liquidação dos pagamentos de Direitos de Crédito Elegíveis, a ser realizada pelo Custodiante, na qualidade de Agente de Recebimento do Fundo, depende da informação a ser repassada pelo Rural, como Agente de Conciliação do Fundo. Falhas na obrigação do Agente de Conciliação do Fundo podem impactar em prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, o Rural será o Agente de Cobrança do Fundo, sendo responsável por cobrar os Repasses Inadimplentes, de acordo com os procedimentos de cobranças descritos no Regulamento. Falhas incorridas pelo Agente de Cobrança do Fundo no cumprimento de suas obrigações, em caso de inadimplemento dos Agentes de Repasse, podem impactar em prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Na hipótese de um Evento de Substituição (conforme definido no Regulamento) do Rural como Agente de Conciliação e Cobrança, nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, os Agentes de Repasse serão notificados sobre o fato e solicitados a fazer a conciliação de Repasses diretamente com o Agente de Recebimento, e não mais por meio do Rural, como Agente de Conciliação. Não há garantia de que os Agentes de Repasse atenderão à solicitação acima referida. Tal fato poderá impactar em prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, o Custodiante será responsável por prestar serviços de recebimento e transferência, ao Fundo, de Repasses referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. Caso o Custodiante não exerça suas funções como Agente de Recebimento de acordo com os termos e condições do Contrato de Recebimento e Cobrança, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas Sênior ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

O Cedente, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis pela realização dos Repasses devidos pelos Agentes de Repasse, referentes aos pagamentos de parcelas dos Empréstimos Consignados realizados pelos Mutuários. O Agente de Cobrança será responsável por cobrar os Repasses Inadimplentes, nos termos dos procedimentos de cobrança descritos no Regulamento, procedimentos estes que não assegurarão que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Repasses serão recuperados.

3.5. Riscos de Descontinuidade

Conforme previsto neste Prospecto e no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou às Datas de Resgate. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Mutuários devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

O Cedente não será obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo.

3.6. Outros Riscos

Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

4. RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Base Legal

O Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado Privado I, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 42 (quarenta e dois) meses contados da Primeira Data de Emissão, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/01 e a Instrução CVM n.º 356/01. O Fundo é regulado pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, estando sujeito, ainda, aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado na ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

4.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios performados.

4.3. Administração

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

O Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 61/62, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.576.569/0001.86, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Banco

Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12.

A custódia dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão de responsabilidade do Custodiante, bem como serão registrados e/ou mantidos, conforme o caso, (i) em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.5. Agência Classificadora de Risco das Quotas

As Quotas Sênior do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo era a Standard & Poor' s.

4.6. Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da atuação do Administrador.

4.7. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados e de titularidade do Rural que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira

Os recursos do Fundo serão utilizados preponderantemente para a aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a ordem de preferência descrita abaixo:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (ii) abaixo, durante todo o prazo de funcionamento do Fundo, o Fundo priorizará a aquisição de Direitos de Crédito referentes a Empréstimos Consignados concedidos pelo Cedente no âmbito de Convênios Privados celebrados com as Empresas Conveniadas listadas no Contrato de Cessão; e
- (ii) durante os primeiros 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Primeira Data de Emissão, caso o Cedente não disponha de Direitos de Crédito que atendam ao disposto no inciso (i) acima para ofertar ao Fundo em montante suficiente ao cumprimento da política de investimento descrita neste item e no Regulamento do Fundo, o Fundo poderá também adquirir Direitos de Crédito referentes a Empréstimos Consignados concedidos pelo Cedente no âmbito dos Convênios Públicos celebrados com as Entidades Conveniadas listadas no Contrato de Cessão. Após

decorrido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contado da Primeira Data de Emissão, o Fundo somente estará apto a adquirir os Direitos de Crédito de que trata o inciso (i) acima, ou seja, Direitos de Crédito referentes a Empréstimos Consignados concedidos pelo Cedente no âmbito de Convênios Privados, celebrados com as Empresas Conveniadas mencionadas no Contrato de Cessão.

Dentro de até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo buscará alocar os seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a alocação mínima de investimentos em Direitos de Crédito Elegíveis referida neste parágrafo, inclusive por conta da obrigação do Fundo de atender à ordem de preferência de alocação referida no inciso (i) acima, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este parágrafo por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão notificados do fato.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito Elegíveis, conforme a ordem de prioridade descrita acima, será necessariamente mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada pelo Gestor nos Ativos Financeiros a seguir descritos:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e/ou
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

O Gestor não utilizará instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo não poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira referidos neste item serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil imediatamente anterior ao de cada cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do

Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A partir de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito Elegíveis.

4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas

4.9.1. Patrimônio Inicial

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de quotas sênior e uma classe de quotas subordinadas.

Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas, mantida pelo Administrador.

O patrimônio do Fundo, após a Emissão, será formado por Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, com o preço de emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio de até R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), sendo que não haverá quantidade mínima de Quotas a ser colocada no âmbito da Emissão. As características da Emissão que não estejam expressamente identificadas no Regulamento do Fundo estão descritas no Suplemento.

As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Regulamento e no Suplemento.

4.9.2. Direitos Patrimoniais

As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior. Sem prejuízo do disposto no subitem 4.10.2. deste Prospecto, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior emitidas e em circulação.

4.9.3. Direitos de Voto das Quotas

As Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item 4.12. abaixo. Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo encontram-se descritos no item 4.12. abaixo.

4.9.4. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

Até o resgate integral de todas as Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas representativas do patrimônio líquido do Fundo deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (cada, uma “Data de Verificação”).

4.9.5. Distribuição das Quotas Sênior do Fundo

A Emissão de Quotas Sênior do Fundo será objeto de distribuição pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas Sênior do Fundo deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição pública da Emissão de Quotas Sênior do Fundo na CVM.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, conforme solicitação do Administrador, as Quotas Sênior do Fundo que não sejam subscritas, dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido, serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do Suplemento da Emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

O Anúncio de Início da Emissão de Quotas Sênior do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição pública de tais Quotas Sênior, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior, observado o disposto no Regulamento.

4.9.6. Subscrição das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pelo Cedente

As Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

4.9.7. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas Sênior serão integralizadas mediante chamadas parciais de capital, na medida em que o Fundo tenha oportunidades de investimento em Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão, conforme disposto nos respectivos compromissos de investimento que serão celebrados entre os investidores subscritores de Quotas Sênior e o Fundo, regulando a forma de integralização das Quotas Sênior, bem como estabelecendo as penalidades a serem impostas aos Quotistas em caso de descumprimento de suas obrigações de integralizar Quotas Sênior do Fundo. As Quotas Subordinadas do Fundo serão integralizadas à vista.

A integralização de Quotas Sênior e/ou Subordinadas será feita pelo valor total da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos subitens 4.9.8. e 4.9.9. abaixo.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do sistema SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA; (ii) por meio do SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP; (iii) por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou (iv) por meio de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo. Toda e qualquer integralização de Quotas do Fundo deverá ser realizada em moeda corrente nacional.

4.9.8. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_T = (VQS_{T-1}) \times FatorCAP_T - ACOMP_T - AMORT_T,$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Sênior na data de cálculo " T ", calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VQS_{(T-1)}$	valor unitário de cada Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_T , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
$ACOMP_T$	valor da amortização extraordinária das Quotas Sênior, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_T , referente a cada Quota Sênior, se aplicável;
$AMORT_{K(k-1)}$	valor da amortização programada da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_T , referente a cada Quota Sênior, se aplicável;
$FatorCAP_T$	fator de capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCAP_T = \left[1 + \left(\frac{TAXA.}{100} \times \frac{95}{100} \right) \right]^{\frac{1}{21}}, \text{ onde:}$$

$TAXA.$ = Conforme definida no item 6.2. do Contrato de Cessão, calculada em base mensal de 21 (vinte e um) dias úteis, calculada no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo " T "; e

O $FatorCAP_T$ calculado pela fórmula acima terá como limite máximo o seguinte coeficiente: $(1,01636108)^{\frac{1}{21}}$

Observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses acima referido, as Quotas Sênior serão amortizadas considerando a seguinte fórmula:

$$AMORT_k = \left(\frac{1}{42 - (M - 1)} \right) \times (VQS_{T-1}) \times FatorCAP_T$$

Sendo que:

$AMORT_k$	valor da amortização mensal periódica a ser efetuada no mês de ordem M que ocorrerá a partir do 25º (vigésimo quinto) mês da Primeira Data de Emissão
M	número do mês contado a partir da data de referência para início dos pagamentos das parcelas de amortização, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 42 (última amortização)

VQS_{T-1}	valor unitário da Quota Sênior no último dia imediatamente anterior, calculado na forma definida acima
-------------	--

4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 4.9.8. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

4.9.10. Negociação das Quotas do Fundo

As Quotas Sênior são admitidas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX operacionalizado pela BOVESPA, e no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá registrar as Quotas Sênior para negociação também no BOVESPA FIX operacionalizado pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista adquirente das Quotas Sênior, de forma a cumprir com o disposto no item 4.2. deste Prospecto.

4.9.11. Classificação de Risco das Quotas Sênior

As Quotas Sênior do Fundo serão trimestralmente avaliadas por Agência Classificadora de Risco especializada contratada pelo Fundo, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a Standard & Poor's.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

4.10. Amortização e Resgate das Quotas

4.10.1. Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações e Resgates

O Suplemento referente à Emissão de Quotas do Fundo indicará, entre outros termos e condições, o cronograma de amortização e resgate de Quotas do Fundo.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será realizada mediante a amortização e/ou resgate de suas Quotas, observado o disposto no Regulamento.

Na data de pagamento do resgate de todas as Quotas Sênior de emissão do Fundo, as Quotas Subordinadas serão resgatadas por valor correspondente ao resultado da divisão (i) do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo pelo (ii) número total de Quotas Subordinadas.

As Quotas Sênior somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação do Fundo. Observado o disposto no subitem 4.10.2. abaixo, as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação do Fundo.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas do Fundo, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas do Fundo serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota no dia do pagamento, calculado nos termos dos subitens 4.9.8. e 4.9.9. acima, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

No âmbito de processo de liquidação do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações ou resgates de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que seja feriado de âmbito federal, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

4.10.2. Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

Quando do pagamento de amortizações e/ou resgate das Quotas Sênior (e, no caso do inciso (i) abaixo, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Substituição em andamento), deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto acima:

- (i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo em determinada Data de Amortização estar superior ao percentual previsto no subitem 4.9.4. acima, o Rural poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito ao Administrador, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas acima referido, a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido no Regulamento e neste Prospecto;
- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época;
- (iii) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes dos procedimentos referentes à substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto, inclusive mas não se limitando ao pagamento de remuneração aos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso o Rural não cumpra a sua obrigação de arcar com tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época; e
- (iv) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes da celebração do Contrato de Auditoria de Conformidade serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso o Rural não cumpra a sua obrigação de arcar com tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

4.11. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros

Caso, na data de liquidação do Fundo, o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, para fins de pagamento de resgate aos Quotistas, deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, observados os procedimentos a serem definidos em Assembleia Geral de Quotistas convocada especificamente para tal finalidade.

As Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior.

Na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida no parágrafo acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, observado o disposto no Regulamento, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

4.12. Assembleia Geral de Quotistas

É da competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses de alteração do Regulamento mencionadas nas alíneas abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas;

- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nas alíneas (ix), (x) e (xi) abaixo;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no subitem 4.14.1. abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no subitem 4.14.2. abaixo);
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Substituição (conforme definidos no item 4.14.3. abaixo), o Rural deve ser destituído de suas funções como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança, nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, ou se tais Eventos de Substituição devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o subitem 4.9.8. acima;
- (xiii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos Procedimentos de Cobrança e/ou alterar os procedimentos e a estratégia de cobrança do Fundo, conforme descrito no Regulamento e no item 4.23. deste Prospecto;
- (xiv) sem prejuízo do disposto no Suplemento, aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, na data de liquidação do Fundo;
- (xv) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
- (xvi) alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Cessão; e
- (xvii) aprovar a emissão de novas Quotas do Fundo.

Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima e, enquanto existirem Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (vii), (viii), (xii) e (xv) acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral de Quotistas.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (iii), (v), (vi) (viii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xvi) e (xvii) acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente

indicadas no Regulamento do Fundo, dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (vii), (xii), (xiv) e (xv) acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto, ao passo que, observado o subitem 22.1.1. do Regulamento, a deliberação sobre a matéria indicada no inciso (iv) acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 80% (oitenta por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

4.13. Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Sem prejuízo do disposto no Capítulo Dezoito do Regulamento e no item 4.23. deste Prospecto, o Custodiante constituirá, para Direitos de Crédito Elegíveis não pagos nas respectivas datas de vencimento, por qualquer motivo, inclusive em decorrência de um Repasse Inadimplente, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682/99.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de Crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos pela regulamentação aplicável e pelo Contrato de Custódia.

4.14. Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo e Eventos de Substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança

4.14.1. Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências ("Eventos de Avaliação"):

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e/ou no Contrato de Recebimento e Cobrança, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- (iii) inobservância, pelo Administrador ou pelo Gestor, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelo Custodiante ou pelos Quotistas, desde que, notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iv) não observância pelo Rural dos seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Depósito, no Contrato de Recebimento e Cobrança, ou no Contrato de Auditoria de Conformidade, conforme o caso, desde que, notificado pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (v) resilição do Contrato de Recebimento e Cobrança;
- (vi) resilição do Contrato de Depósito;
- (vii) caso o Administrador tenha conhecimento sobre o inadimplemento, por parte do Cedente, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros, consubstanciadas por meio de contrato de empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira e que, a exclusivo critério do Fundo, possa afetar a situação financeira e/ou operacional do Cedente, ressalvadas as hipóteses de discussões judiciais relativas à validade das referidas obrigações mantidas em estrita boa-fé pelo Cedente;
- (viii) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – "RAET", nos termos do Decreto Lei nº 2.321/87;
- (ix) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei nº 6.024/74;

- (x) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, por um período igual ou superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- (xi) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Regulamento, por período superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- (xii) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (xiii) na hipótese de ocorrência de um Evento de Revisão (conforme definido no Contrato de Cessão);
- (xiv) na hipótese de a instituição responsável pela auditoria de conformidade de que trata o Regulamento ser destituída de suas funções pelo Cedente, sem a autorização do Gestor e/ou o Contrato de Auditoria de Conformidade ser rescindido por qualquer motivo;
- (xv) na hipótese de a instituição responsável pela auditoria de conformidade de que trata o Regulamento informar ao Gestor e ao Administrador que o Cedente não está colaborando com as suas obrigações de disponibilização de documentos e informações nos termos do Contrato de Auditoria de Conformidade;
- (xvi) na ocorrência de rebaixamento do *rating* das Quotas Sênior para classificação inferior a A-, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (xvii) caso o índice de inadimplência da Carteira, calculado com base no total de Direitos de Crédito em atraso entre 61 (sessenta e um) dias e 90 (noventa) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos de Crédito vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 12% (doze por cento), considerada, ainda, a média móvel de 90 (noventa) dias consecutivos;
- (xviii) caso o índice de inadimplência da Carteira, calculado com base no total de Direitos de Crédito em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos de Crédito vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 8% (oito por cento), considerada, ainda, a média móvel de 90 (noventa) dias consecutivos; e
- (xix) caso o índice de inadimplência da Carteira, calculado com base no total de Direitos de Crédito em atraso superior a 181 (cento e oitenta e um) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos de Crédito vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 6% (seis por cento), considerada, ainda, a média móvel de 90 (noventa) dias consecutivos.

Sem prejuízo do disposto no subitem 4.14.3. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembléia Geral de

Quotistas, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.12. acima, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou, quando e se for o caso, (iii) se um Evento de Substituição também ocorreu, nesta última hipótese quando será observado o disposto no Regulamento e no subitem 4.14.3. abaixo.

No caso de a Assembléia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo ou um Evento de Substituição (neste último caso apenas em se tratando dos Eventos de Avaliação mencionados nos incisos (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) acima), o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 4.14.2. ou 4.14.3. abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral de Quotistas, podendo a Assembléia Geral de Quotistas que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação do Fundo ou um Evento de Substituição deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança, conforme o caso, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembléia Geral de Quotistas.

4.14.2. Eventos de Liquidação Antecipada

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Liquidação”):

- (i) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (ii) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) na hipótese de rescisão do Contrato de Recebimento e Cobrança, sem a conseqüente assunção das funções descritas no referido contrato por outra instituição, nos termos ali definidos;
- (iv) na hipótese de rescisão do Contrato de Depósito ou renúncia do Agente de Depósito, sem a conseqüente assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (v) na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão;
- (vi) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;
- (vii) verificação, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, de aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, conforme apurado por auditores do

Fundo e/ou pelo Custodiante e/ou qualquer terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização destes (se for o caso) por eventuais perdas e danos causados ao Fundo; e

- (viii) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada no parágrafo acima, os titulares de Quotas Sênior poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento e no item 4.12. deste Prospecto, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo. Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão de tal Assembléia Geral (“Quotistas Dissidentes”), o direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento (“Direito de Dissidência”). Os Quotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembléia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos do resgate antecipado das Quotas de titularidade dos Quotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias acima referido os Quotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Quotas em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Regulamento.

Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, todas as Quotas serão resgatadas no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas (“Prazo para Resgate Antecipado”), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;

- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis;
- (iv) como regra geral, os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Sênior, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto;
- (v) sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto, se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Sênior não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Sênior, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Regulamento; e
- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Sênior, nos termos indicados no Regulamento e neste Prospecto, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, até a data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Sênior, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Substituição e a data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, de que o referido Evento de Substituição não dá causa à substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança do Fundo. Caso a Assembléia Geral de Quotistas decida que um Evento de Substituição dá causa à substituição do Rural, o direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso até a data de liquidação do Fundo. Quaisquer custos decorrentes dos procedimentos referentes à substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança do Fundo, inclusive, mas não se limitando, o pagamento da remuneração dos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas.

4.14.3. Eventos de Substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança

Os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) do subitem 4.14.1. acima (i) poderão resultar ou não na liquidação antecipada do Fundo, conforme decisão da Assembleia Geral de Quotistas e/ou (ii) poderão resultar ou não, conforme decisão da Assembleia Geral de Quotistas, na substituição do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança do Fundo, nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança (tais Eventos de Avaliação referidos acima também designados como os “Eventos de Substituição”).

Se a Assembleia Geral de Quotistas decidir que um determinado Evento de Avaliação constitui um Evento de Substituição, o Administrador deverá iniciar os procedimentos para a substituição do Rural, nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, no dia útil imediatamente seguinte à realização da Assembleia Geral de Quotistas.

Na hipótese descrita no parágrafo acima, o Rural deverá adotar, imediatamente, todos os procedimentos necessários para que os mecanismos de substituição previstos no Contrato de Recebimento e Cobrança sejam implementados, sem prejuízo do Fundo e/ou da continuidade dos pagamentos e repasses dos Direitos de Crédito Elegíveis em benefício do Fundo.

Caso o Rural seja destituído de suas funções como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança, os Agentes de Repasse indicados no Contrato de Cessão serão notificados sobre o fato, por escrito, e o Custodiante, ou terceiro contratado pelo Custodiante e/ou pelo Fundo, passará a exercer as atividades do Rural como Agente de Conciliação e Agente de Cobrança do Fundo.

4.15. Enquadramento da Razão de Garantia

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato ao Rural, por meio de carta com aviso de recebimento, solicitando ao Rural a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição de tantas novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição. A integralização das novas Quotas Subordinadas pelo Rural deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da carta com aviso de recebimento mencionada neste parágrafo.

Para fins de cumprimento do disposto acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que o Regulamento será complementado por um Suplemento.

4.16. Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento

O Administrador poderá realizar, mediante solicitação do Gestor, a qualquer tempo, a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de

acordo com o disposto no subitem 4.9.8. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis estabelecida no Regulamento e/ou à observância da política de investimento descrita no Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, todos os Quotistas serão previamente notificados, por escrito, com no mínimo 1 (hum) dia de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária das Quotas Sênior.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.17. Reserva de Pagamento e Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo

O Administrador, segundo orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir Reserva de Pagamento referente às amortizações e ao resgate das Quotas do Fundo, de acordo com o disposto abaixo, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros:

- (i) até o 45º (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devida às Quotas Sênior do Fundo (o “Valor Futuro Estimado”) deverá estar alocado em Ativos Financeiros; e
- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

Durante o período para constituição de Reserva de Pagamento, o Custodiante deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do Fundo as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização ou do resgate das Quotas Sênior em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;

- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (vi) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

4.18. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à sua permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que realizem a distribuição de Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do fundo serão colocadas à disposição na sede do Administrador ou na CVM, nos endereços indicados abaixo:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (11) 3974-4535

Fax.: (11) 3974-4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

Website: www.mellonbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Website: www.cvm.gov.br

Ainda, o Administrador deverá divulgar aos Quotistas, anualmente, no periódico referido no item 4.19. abaixo, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

4.19. Forma de Divulgação de Informações

A divulgação de informações do Fundo será realizada no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será realizada sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

4.20. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas do Fundo poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (11) 3974-4535

Fax.: (11) 3974-4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

4.21. Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A taxa de administração devida ao Administrador será correspondente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ("Percentual") acrescido da Taxa de Gestão (conforme abaixo definida) (sendo o Percentual acrescido da Taxa de Gestão, o valor total da "Taxa de Administração").

O Percentual será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear. A Taxa de Gestão, a qual não excede o valor total da Taxa de Administração, será calculada de acordo com o disposto abaixo.

Além da Taxa de Administração, o Fundo arcará com outros encargos, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto, sendo que a verba total do Fundo destinada ao pagamento da Taxa de Administração e dos demais encargos do Fundo é calculada de acordo com a seguinte equação:

$$\text{VDP} = \text{QQS} \times \text{VQSt} \times [(1 + 0,401327\%)^{(1/21)} - 1], \text{ onde:}$$

VDP = verba diária destinada ao pagamento da Taxa de Administração e outras despesas do Fundo;

QQS = quantidade de Quotas Sênior de emissão do Fundo em circulação; e

VQSt = valor da Quota Sênior, calculado de acordo com o subitem 4.9.8. acima, no dia "t".

O valor apurado em um determinado dia "t" como VDP será provisionado para pagamento dos montantes correspondentes ao Percentual (o qual será pago ao Administrador) e dos demais encargos do Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto, sendo que o saldo remanescente será atribuído ao Gestor, a título de taxa de gestão (tal saldo remanescente, a "Taxa de Gestão").

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração do Administrador, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;

- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

O pagamento das despesas acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

4.22. Regras de Tributação do Fundo

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.22.1. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

4.22.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio")

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,50% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.
2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).
3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

4.23. Inadimplência dos Agentes de Repasse e dos Direitos de Crédito Elegíveis e Faculdade do Rural de Recomprar Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, o Rural é o Agente de Cobrança responsável por cobrar, judicial ou extrajudicialmente, os Repasses Inadimplentes, utilizando-se dos procedimentos de cobrança descritos no Regulamento.

Ainda nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, não é responsabilidade do Rural cobrar em nome do Fundo, judicial e/ou extrajudicialmente, Direitos de Crédito Desvinculados. Nessa hipótese, os Agentes de Repasse deixam de ser obrigados a realizar os Repasses referentes aos pagamentos de tais Direitos de Crédito Desvinculados e os Mutuários passam a ser obrigados a realizar o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito Desvinculados diretamente em benefício do seu credor, no caso dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Fundo, sem a intermediação dos Agentes de Repasse. Tendo em vista que o Fundo estima que custos de cobrança associados a Direitos de Crédito Desvinculados poderão ser, como regra geral, muito onerosos ao Fundo em comparação ao benefício que tais processos de cobrança poderão resultar ao Fundo, bem como a expectativa do Fundo com relação à baixa quantidade de Direitos de Crédito Desvinculados que eventualmente poderão compor a Carteira, será estratégia inicial do Fundo não realizar quaisquer esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de Direitos de Crédito

Desvinculados que não sejam pagos nas respectivas datas de pagamento. A estratégia acima referida poderá ser alterada pelo Gestor e/ou pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas (mediante observância do quorum de deliberação de que trata o item 4.12. acima), caso seja entendido que é do melhor interesse do Fundo e dos Quotistas realizar esforços de cobrança de parte e/ou da totalidade de Direitos de Crédito Desvinculados que eventualmente venham a compor a Carteira e não sejam pagos nas respectivas datas de pagamento.

Tendo em vista o disposto no Regulamento, o Rural terá a faculdade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, mediante notificação ao Administrador, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias, de adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Desvinculado vincendo, pelo respectivo Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito Desvinculado pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Caso o Rural não exerça a faculdade ora referida, os Direitos de Crédito Desvinculados vincendos terão 100% (cem por cento) de seu valor provisionado para perda no momento em que se tornarem desvinculados de Convênios.

Ainda nos termos do Contrato de Recebimento e Cobrança, será de responsabilidade do Rural, em nome do Fundo, negociar com os Mutuários a prorrogação do vencimento de parcelas vincendas de um determinado Empréstimo Consignado cujos Direitos de Crédito Elegíveis tenham sido adquiridos pelo Fundo (para um novo prazo de no máximo 30 (trinta) dias), em decorrência da falta de pagamento total e/ou parcial de uma parcela do referido Empréstimo Consignado por deficiência de margem consignável, em virtude, por exemplo, mas não se limitando a férias e licenças de Mutuários e dívidas de titularidade de terceiros contra os Mutuários que tenham preferência sobre os pagamentos de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, nos termos da legislação aplicável. A autorização referida neste parágrafo será exercida pelo Rural no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, de acordo com os termos e condições expressos nos Empréstimos Consignados e não acarretará na negociação dos termos e condições referentes ao valor principal e aos juros remuneratórios dos Empréstimos Consignados.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial de Repasses Inadimplentes serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando o Administrador ou o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Repasses Inadimplentes. O Administrador ou o Gestor ou o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com procedimentos de cobrança que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso de os Quotistas não aportarem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do parágrafo acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e da forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

O Rural terá a faculdade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis não pagos ao Fundo após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de vencimento, pelo valor unitário de R\$1,00 (hum real).

5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

5.1. Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, de titularidade do Rural e originários de operações praticadas pelo Rural voltadas à concessão de Empréstimos Consignados nos termos da Lei n.º 10.820/03 e da Lei n.º 8.112/90 a Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse que tenham celebrado com Convênio com o Rural.

5.2. Política de Cadastramento de Agentes de Repasse e Concessão de Empréstimos Consignados e Descrição dos Procedimentos de Formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis

Nos termos do Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão, o Cedente será responsável por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito (i) detidos contra Mutuários empregados ou funcionários de Agentes de Repasse que tenham celebrado Convênios com o Cedente mediante observância dos procedimentos descritos abaixo e (ii) que sejam referentes a Empréstimos Consignados celebrados entre o Cedente e cada Mutuário mediante observância dos procedimentos descritos abaixo. Os Direitos de Crédito que atendam ao disposto neste parágrafo serão considerados como Direitos de Crédito que atendem às Condições de Cessão. Somente o Cedente será responsável pelo atendimento dos Direitos de Crédito ofertados e cedidos ao Fundo às Condições de Cessão.

5.2.1. Política de cadastramento de Agentes de Repasse e Concessão de Empréstimos Consignados

A fim de que o Cedente conceda Empréstimos Consignados aos Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse, os seguintes procedimentos devem ser observados entre o Cedente, os Agentes de Repasse e os Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse:

- (i) Inicialmente, para que os Mutuários empregados ou funcionários do Agente de Repasse tenham a faculdade de solicitar Empréstimos Consignados ao Cedente, os Agentes de Repasse devem ser cadastradas no Cedente como “Agentes de Repasse”.
- (ii) O cadastramento dos Agentes de Repasse ocorre mediante a observância de um processo que engloba desde o atendimento a requisitos pré-estabelecidos pelo Cedente, apresentação de documentos, avaliação do Agente de Repasse sob diversos aspectos, incluindo a atribuição de nota de rating a cada Agente de Repasse, e o preenchimento de formulários cadastrais (“Processo”).
- (iii) Em linhas gerais, a política adotada pelo Cedente para enquadramento de Agentes de Repasse estabelece como alvo entidades ou empresas com, no mínimo, 100 empregados ou funcionários e cuja data de fundação seja igual ou superior a 3 anos ou integrante de grupo econômico reconhecidamente tradicional. Atendidos esses pré-

requisitos, o Processo prevê um procedimento de avaliação do Agente de Repasse, considerando os seguintes aspectos, caso necessários, conforme o caso:

- composição societária;
 - capacidade de continuidade da empresa;
 - capacidade de pagamento e situação do respectivo mercado de atuação, sendo que não são elegíveis empresas ou entidades com dificuldades financeiras ou que possam, de qualquer forma, interferir no repasse de valores devidos pelos Mutuários em virtude da concessão de Empréstimos Consignados;
 - histórico interno, sendo que são excluídas empresas ou entidades com problemas de inadimplência interna e renegociação de dívidas;
 - restrições externas relevantes, tais como inscrição no SERASA ou na Central de Risco do Banco Central do Brasil;
 - apresentação de certidões negativas, tais como de tributos federais, da Dívida Ativa da União, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
 - tempo médio de permanência do quadro de empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse, observado que, sob o enfoque das Empresas Conveniadas, é recomendável que o tempo médio de permanência do quadro de empregados seja superior a 1 ano.
- (iv) A avaliação do Agente de Repasse sob o aspecto da sua composição societária, mercado de atuação e capacidade econômico-financeira implica na atribuição de uma nota de rating pelo Cedente, conforme os critérios e parâmetros estabelecidos na “Instrução de Serviços para Apuração do Rating nas Operações de Crédito n.º ICRE 013-1” do Cedente. O rating atribuído a uma empresa ou entidade é considerado pelo Cedente de extrema importância para fins de cadastramento como seu “Agente de Repasse” e se sujeita a uma reavaliação no prazo máximo de 6 (seis) meses.
- (v) Ainda no âmbito do Processo, cabe ao Rural, mais especificamente à Assessoria de Análise de Crédito do Rural – ASSAC, indicar o valor do limite de crédito de cada Agente de Repasse, calculado segundo a aplicação da seguinte equação: **80% do quadro de empregados ou funcionários X média salarial X 3 meses** (“Limite”). Após ter sido indicado, o Limite é submetido à análise e aprovação por uma determinada esfera de competência do Rural, que varia de acordo com o valor do Limite atribuído ao Agente de Repasse. Quanto maior o Limite atribuído para um Agente de Repasse, mais qualificada deve ser a esfera de competência para a aprovação do Limite, nos termos da Instrução de Serviços ICRE 016-1 do Cedente. O prazo para a renovação do Limite é de 180 (cento e oitenta) dias.
- (vi) Como regra geral, após a verificação do atendimento pelo Agente de Repasse aos requisitos pré-estabelecidos pelo Cedente, realização da avaliação do Agente de Repasse, atribuição de nota de rating que possibilite o seu cadastramento como “Agente de Repasse”, definição do Limite pelo Rural, assim como da conformidade dos documentos e formulários cadastrais exigidos pelo Cedente do Agente de Repasse, o Processo é encaminhado à Administração Central do Rural a quem compete deferir ou indeferir o Processo, determinando, conforme o caso, o cadastramento de uma empresa ou entidade como “Agente de Repasse”.

- (vii) Após o deferimento do Processo e o cadastramento do respectivo Agente de Repasse, o Cedente e o Agente de Repasse estão aptos a celebrar o Convênio. O Convênio tem por objeto estabelecer os termos e condições sob os quais o Cedente concederá Empréstimos Consignados aos Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse. Uma vez celebrado o Convênio, os Mutuários dos Agentes de Repasse passam a ser elegíveis para requerer Empréstimos Consignados ao Cedente, conforme descrito abaixo.
- (viii) Apenas empregados das Empresas Conveniadas que sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conforme aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterações posteriores, e servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais de entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regidos em linhas gerais pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estão aptos a solicitar e obter Empréstimos Consignados ao Cedente.
- (ix) Os principais critérios e limites que são observados pelo Cedente para conceder Empréstimos Consignados aos Mutuários empregados de Empresas Conveniadas seguem descritos abaixo:
- o valor mínimo de um Empréstimo Consignado é de R\$300,00 e o valor máximo é determinado de acordo com a margem consignável de cada Mutuário empregado da Empresa Conveniada, calculada segundo a remuneração do respectivo Mutuário;
 - o valor máximo de cada parcela é de 30% da remuneração do Mutuário, deduzidos os descontos averbados na folha de pagamento do respectivo Mutuário;
 - a idade do Mutuário (a idade mínima do Mutuário é de 18 anos e a máxima é de 65 anos);
 - o prazo do Empréstimo Consignado requerido (o prazo mínimo para a concessão do Empréstimo Consignado é de 6 meses e o prazo máximo é de 48 meses);
 - o tempo de serviço do Mutuário empregado na Empresa Conveniada (o tempo de serviço na Empresa Conveniada deve ser de, no mínimo, 1 ano).

5.2.2. Procedimento de Formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis

A concessão do Empréstimo Consignado ao Mutuário observa uma série de procedimentos entre o Cedente, o Mutuário e o Agente de Repasse, os quais seguem descritos abaixo.

Os procedimentos entre o Cedente e os Agentes de Repasse, referentes à concessão do Empréstimo Consignado, são realizados, preponderantemente, por meio dos sistemas eletrônicos integrados do Cedente denominados “Sistema Função” e “Sistema Safira” (em conjunto, o “Sistema”).

O acesso dos Agentes de Repasse ao Sistema é disponibilizado pelo Cedente no endereço <http://rsautorizador.rural.com.br>, sendo que é necessária a utilização de senha específica e intransferível, que é entregue ao Agente de Repasse pelo Cedente (o

Sistema somente torna-se acessível mediante a instalação de software apropriado, sendo a instalação realizada pelo próprio Cedente nos Agentes de Repasse).

Nos casos em que Agentes de Repasse não detêm infra-estrutura adequada ou suficiente em informática que possibilite o seu acesso ao Sistema, compete à agência do Cedente diretamente responsável pelo Agente de Repasse ("Agência") cadastrar as informações relativas ao procedimento de concessão de Empréstimo Consignado no Sistema a pedido do Agente de Repasse e/ou do respectivo Mutuário. Ou seja, nestes casos o procedimento de concessão de Empréstimo Consignado é iniciado pelo Agente de Repasse e/ou pelo Mutuário fora do Sistema, mas tal procedimento é integrado ao Sistema por meio da participação das Agências, a pedido dos Agentes de Repasse e/ou dos Mutuários.

Apesar de os procedimentos referentes à concessão dos Empréstimos Consignados serem registrados no Sistema, os Empréstimos Consignados são formalizados por meio de documento escrito e assinado entre o Cedente e o Mutuário, conforme descrito abaixo:

- (i) O procedimento de concessão do Empréstimo Consignado ao Mutuário tem início no momento em que o Mutuário se dirige ao departamento de recursos humanos do Agente de Repasse ("Departamento") ou a uma Agência e solicita Empréstimo Consignado ("Solicitação").
- (ii) No ato da Solicitação do Empréstimo Consignado, o Mutuário apresenta ao Departamento ou à Agência a documentação pessoal exigida pelo Rural, qual seja: cópia da Cédula de Identidade RG, cópia do Cartão de Contribuinte Pessoa Física – CPF/MF, cópia do comprovante de residência emitido num período máximo de 90 dias, original dos comprovantes de rendimentos correspondentes aos últimos 3 meses e comprovante de conta bancária do Mutuário, onde será efetuado o crédito do Empréstimo Consignado, caso o Mutuário seja titular de conta bancária ("Documentação Pessoal").
- (iii) O Departamento ou a Agência analisa a Solicitação e a Documentação Pessoal e verifica o percentual do salário do Mutuário que pode ser descontado para fins de pagamento do Empréstimo Consignado (ou seja, a margem consignável do Mutuário). A margem consignável de cada Mutuário é determinada com base no valor da remuneração do Mutuário.
- (iv) Após checar a margem consignável do Mutuário, o Departamento ou a Agência simula a operação de concessão do Empréstimo Consignado e, caso concorde com os termos da Solicitação, procede à averbação eletrônica no Sistema ("Cadastro") da "Proposta de Assistência Financeira" ("Proposta"). Ato contínuo, o Departamento ou a Agência emite a Proposta e uma "Solicitação, Ficha Cadastral e Termo de Adesão ao Contrato de Empréstimo Consignado" ("Contrato de Adesão"), para assinatura pelo Mutuário e pelo responsável do Departamento do Agente de Repasse. O Contrato de Adesão é o documento por meio do qual a concessão do Empréstimo Consignado é formalizada de acordo com os termos e condições específicos da Proposta, e por meio do qual o Mutuário adere ao "Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo Consignado", arquivado no Departamento e

na Agência e disponibilizado aos Mutuários, que estabelece os termos e condições gerais de concessão de Empréstimos Consignados.

- (v) As Propostas originadas em Agentes de Repasse são encaminhadas à Agência, juntamente com os respectivos Contratos de Adesão, a Documentação Pessoal e o “Protocolo de Entrega de Propostas”, também gerado pelo Departamento por meio do Sistema (a Documentação Pessoal conjuntamente com a Proposta e o Contrato de Adesão, a “Documentação”).
- (vi) Caso o Departamento tenha recebido a Solicitação, a Documentação é encaminhada à Agência, que, de posse da Documentação, inicia um novo procedimento que envolve (a) conferência da Documentação, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos aspectos formais do Contrato de Adesão, (b) verificação da margem consignável do Mutuário, observando inclusive a existência de outros Contratos de Adesão em nome do Mutuário que comprometam a margem consignável do Mutuário e ensejem o indeferimento ou reformulação da Proposta e (c) simulação da Proposta. Ou seja, a Agência analisa a viabilidade da operação como um todo, para proceder à liberação do Empréstimo Consignado. Na hipótese de inadequação da margem consignável do Mutuário ou, ainda, de haver qualquer irregularidade na Documentação enviada pelo Departamento (por exemplo, Documentação incompleta, ausência de assinatura da Proposta e/ou do Contrato de Adesão), a Agência devolve a Documentação ao Departamento, para baixa ou retificação, emitindo, para tanto, “Protocolo de Devolução de Propostas”, que menciona os exatos motivos da devolução da Documentação.
- (vii) Em se tratando de Agentes de Repasse que não possuem infra-estrutura em informática adequada que permita o acesso ao Sistema, o Departamento apenas encaminha à Agência a Documentação Pessoal, acompanhada da Proposta e do Contrato de Adesão (gerados manualmente mediante formulários padrões mantidos nos Agentes de Repasse pelos Departamentos) e do “Protocolo de Entrega de Propostas”.
- (viii) O trânsito da Documentação entre os Agentes de Repasse e a Agência, ou até mesmo entre os diversos departamentos de cada Agência (Atendimento, Produção, Arrecadação, Tesouraria e Cobrança, por exemplo), assim como todas e quaisquer informações geradas no âmbito do procedimento de concessão de Empréstimo Consignado, são acompanhados dos respectivos Cadastros no Sistema.
- (ix) Finalmente, faz-se necessário aprovar o valor do Empréstimo Consignado solicitado pelo Mutuário (“Valor”), desde que em conformidade com a margem consignável disponível ao Mutuário. Caso o Valor se enquadre na esfera de competência da Agência, cabe à própria Agência aprovar a liberação do Valor do Empréstimo Consignado. Por outro lado, caso o Valor não se enquadre na esfera de competência da Agência, a liberação do Empréstimo Consignado é submetida à análise e aprovação por uma determinada esfera de competência da Administração Central do Rural, podendo envolver, conforme o Valor, desde a Assessoria de Crédito - ASSAC até o Comitê de Crédito do Rural, conjuntamente com os superintendentes do Rural. A aprovação do Valor ocorre, em média, em D+0/D+1 a contar da análise da Documentação e da viabilidade da operação pela Agência e a liberação do Empréstimo Consignado, quando aprovado o Valor, ocorre em D+0/D+1 a contar da data da aprovação do Valor.

- (x) O Empréstimo Consignado é disponibilizado pela Agência por meio de transferência eletrônica de valores (TED/DOC) efetuada na conta corrente indicada pelo Mutuário na Proposta e constante do Contrato de Adesão, ou, caso o Mutuário não possua conta bancária, mediante ordem de pagamento.
- (xi) A confirmação de Propostas é registrada no Sistema e disponibilizada para consulta pelos Departamentos, sendo que, nos casos em que os Agentes de Repasse não possuem infra-estrutura em informática que permita o acesso ao Sistema, a aprovação de Propostas é informada mediante a geração de arquivos eletrônicos (correio eletrônico, disquetes, etc.) ou, ainda, envio de relatórios manuais. Ademais, a Agência encaminha ao Mutuário uma via do Contrato de Adesão assinado e do “Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo Consignado” ao qual o Contrato de Adesão esta vinculado, para arquivo pelo Mutuário.
- (xii) Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo Consignado”, a quitação do Empréstimo Consignado pode ser solicitada pelo Mutuário a qualquer momento (“Solicitação de Quitação”). Nessa hipótese, o Mutuário se dirige à Agência, que consulta o cadastro do Mutuário no Sistema e verifica a existência de eventuais parcelas em atraso (“Débito”). Em havendo Débito, procede-se à consulta do andamento do processo de cobrança do Débito. Nesse contexto, o processo de cobrança pode ser consultado no próprio Sistema, para processos de cobrança iniciados posteriormente à implantação do Sistema, ou por meio de consultas de fichas de inadimplência e planilhas adotadas para processos de cobrança iniciados anteriormente à implantação do Sistema. O processo de cobrança iniciado antes da implantação do Sistema e, portanto, registrado em fichas de inadimplência e planilhas pode ser inserido no Sistema, a qualquer momento, pela Agência.
- (xiii) Apurado o montante exato do Débito, a Agência propõe ao Mutuário a negociação do Débito, que compreende desde o pagamento à vista até o pagamento parcelado do Débito mediante emissão de boletos. Não obstante isso, constatado tratar-se de Débito relativo à totalidade de um Empréstimo Consignado, a Agência exige a assinatura de um “Instrumento de Confissão de Dívida”. Uma vez confirmado o pagamento da totalidade do Débito, a Agência procede à baixa do Débito no Sistema.
- (xiv) Os Convênios celebrados entre o Cedente e os Agentes de Repasse, acompanhados dos respectivos “Instrumentos Particulares de Contrato de Empréstimo Consignado” e Contratos de Adesão a eles vinculados, acompanhados, por sua vez, das respectivas Documentações Pessoais dos Mutuários signatários de tais Contratos de Adesão são, em conjunto, os “Documentos Comprobatórios de Crédito” referidos no Regulamento. Todos os documentos gerados no âmbito do procedimento de obtenção de Empréstimo Consignado, tais como, mas não se limitando, aos Convênios, ao “Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo Consignado”, à Proposta, ao Contrato de Adesão, bem como todos os demais arquivos, manuais ou eletrônicos, gerados por meio do Sistema, os documentos comprobatórios das transferências eletrônicas dos valores referentes aos créditos efetuados pelo Cedente aos Mutuários em decorrência dos Empréstimos Consignados, recibos, holerites, relatórios de averbações, e quaisquer correspondências, inclusive eletrônicas, trocadas entre os Departamentos, Agências, Mutuários e o Cedente são doravante designados simplesmente “Documentos Representativos de Crédito”. Os Documentos

Comprobatórios de Crédito são mantidos arquivados nas Agências durante um período de 4 meses, sendo que, findo esse período, os documentos são encaminhados para um arquivo central mantido pelo Rural próximo a sua sede (Belo Horizonte/MG), onde são mantidos devidamente arquivados e custodiados.

5.3. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito e Procedimentos referentes à Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo

5.3.1. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

Somente Direitos de Crédito que atendam cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade, na Data de Aquisição e Pagamento, serão adquiridos pelo Fundo:

A) Durante o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Primeira Data de Emissão:

- (i) os Agentes de Repasse empregadores dos Mutuários devedores dos Direitos de Crédito devem constar da lista de Agentes de Repasse elegíveis anexa ao Contrato de Cessão;
- (ii) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não deve ser superior à Data de Resgate das Quotas Sênior em circulação na Data de Aquisição e Pagamento;
- (iii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e devidos por um mesmo Mutuário não podem representar valor superior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
- (iv) os Agentes de Repasse, empregadores dos Mutuários devedores dos Direitos de Crédito, não devem estar inadimplentes para com o Fundo, em decorrência de um Repasse Inadimplente;
- (v) os Mutuários devedores dos Direitos de Crédito não devem estar inadimplentes para com o Fundo;
- (vi) os Direitos de Crédito detidos contra Mutuários empregados de uma mesma Empresa Conveniada não podem representar percentual superior a 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e
- (vii) os Direitos de Crédito detidos contra Mutuários funcionários de uma mesma Entidade Conveniada não podem representar percentual superior a 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

B) Após o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Primeira Data de Emissão:

- (i) as Empresas Conveniadas empregadoras dos Mutuários dos Direitos de Crédito devem constar da lista de Empresas Conveniadas elegíveis anexa ao Contrato de Cessão;

- (ii) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não deve ser superior à Data de Resgate das Quotas Sênior do Fundo em circulação na Data de Aquisição e Pagamento;
- (iii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e devidos por um mesmo Mutuário não podem representar valor superior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
- (iv) as Empresas Conveniadas, empregadoras dos Mutuários devedores dos Direitos de Crédito, não devem estar inadimplentes para com o Fundo, em decorrência de um Repasse Inadimplente;
- (v) os Mutuários devedores dos Direitos de Crédito não devem estar inadimplentes para com o Fundo; e
- (vi) os Direitos de Crédito detidos contra Mutuários empregados de uma mesma Empresa Conveniada não podem representar percentual superior ao Limites de Concentração (conforme definido no Regulamento) permitidos na lista de Empresas Conveniadas elegíveis anexa ao Contrato de Cessão, limitados ao percentual de 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo por Empresa Conveniada.

O Custodiante do Fundo será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Sem prejuízo do disposto neste parágrafo, o Custodiante do Fundo não será responsável por verificar o atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão, obrigação esta que será de inteira responsabilidade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

5.3.2. Procedimentos referentes à Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo

Observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis entre o Cedente e o Fundo, será observado o seguinte procedimento entre o Cedente, o Custodiante e o Fundo:

- (i) O Cedente deverá disponibilizar, imediatamente e simultaneamente, ao Custodiante e ao Administrador, mediante solicitação do Fundo, por meio eletrônico e/ou físico, arquivo contendo relação dos Direitos de Crédito que esteja disposto a ceder ao Fundo até o horário limite estabelecido no Contrato de Cessão (“Horário Limite”) em uma determinada data após a celebração do Contrato de Cessão (o “Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis”). O Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis será considerado entregue no mesmo dia se for entregue até o Horário Limite ou no dia útil imediatamente subsequente se for entregue após o Horário Limite (“Data da Oferta”);
- (ii) O envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;
- (iii) Após receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, o Custodiante deverá, na Data da Oferta: (a) verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito constantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis aos

Critérios de Elegibilidade; (b) identificar e selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que possam ser adquiridos pelo Fundo de acordo com a sua disponibilidade financeira; e (c) disponibilizar ao Cedente e ao Fundo, por meio eletrônico ou físico, relatório contendo a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão (“Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis”), e termo de cessão referente aos Direitos de Crédito listados no Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com os modelos integrantes do Contrato de Cessão (“Termo de Cessão”);

- (iv) O Cedente, ao receber o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e o Termo de Cessão, (a) providenciará a assinatura das pessoas autorizadas do Cedente em 3 (três) vias originais do referido Termo de Cessão, conforme indicadas no Contrato de Cessão (as “Pessoas Autorizadas do Cedente”) e (b) encaminhará ao Fundo, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, na Data da Oferta, sendo que o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis será parte integrante do Termo de Cessão;
- (v) Após o recebimento do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e da cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, o Fundo deverá (a) desde que o Fundo tenha disponibilidade de recursos, enviar ao Cedente cópia do Termo de Cessão devidamente assinado pelas pessoas autorizadas do Fundo, conforme indicadas no Contrato de Cessão (as “Pessoas Autorizadas do Fundo”) (as Pessoas Autorizadas do Fundo em conjunto com as Pessoas Autorizadas do Cedente, simplesmente as “Pessoas Autorizadas”) e (b) autorizar o Custodiante, por meio eletrônico, a realizar o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Cedente;
- (vi) Na hipótese de a autorização do Fundo referida acima ser encaminhada ao Custodiante até o Horário Limite estabelecido no Contrato de Cessão, o Custodiante realizará o pagamento ao Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis na Data da Oferta. Na hipótese de a autorização do Fundo referida acima ser encaminhada ao Custodiante depois do Horário Limite estabelecido no Contrato de Cessão, o Custodiante realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis no dia útil imediatamente seguinte;
- (vii) O Cedente deverá encaminhar ao Fundo, dentro de até 2 (dois) dias úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis, incluindo o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis, devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente. O Fundo, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador do Fundo e (b) encaminhará ao Cedente, dentro de até 7 (sete) dias úteis, as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documento da sede do Administrador do Fundo; e
- (viii) O Cedente, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador do Fundo, terá

até 5 (cinco) dias corridos para (a) providenciar o registro das 3 (três) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e (b) encaminhar ao Fundo 1 (uma) via original do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente.

6. O RURAL

O RURAL

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos, preponderantemente, na aquisição de Direitos de Crédito de titularidade do Rural e originados de operações praticadas pelo Rural voltadas à concessão de Empréstimos Consignados nos termos da Lei n.º 10.820/03 e da Lei n.º 8.112/90 a Mutuários empregados ou funcionários dos Agentes de Repasse que tenham celebrado com o Rural Convênio, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes ao Rural.

6.1. Breve Histórico

O Banco Rural teve origem, em 1928, com a constituição da sociedade comercial Manoel C. de Carvalho & Cia., que, em 1957, foi transformada em Banco Manoel de Carvalho S/A. Em novembro de 1962, o Grupo Tratex, de Belo Horizonte, Minas Gerais, adquiriu o controle acionário do referido banco, que passou a ser denominado, em 1964, Banco Rural de Minas Gerais S/A.

Em 1965, o Rural inaugurou a primeira agência no Rio de Janeiro, tendo inaugurado, nos anos seguintes, agências em Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. No ano de 1976, o empresário Sabino Corrêa Rabello assumiu a presidência do Rural. Nos anos que se seguiram, o Rural continuou ampliando o número de agências, em busca de uma abrangência nacional. Em 1980 o banco passou a se denominar Banco Rural S/A e passou a atuar na área de câmbio.

Em 1989, o Banco Rural inaugurou oito novas agências e seu processo de expansão prosseguiu com a sua transformação em banco múltiplo, com carteira comercial, de financiamento, de câmbio e de crédito imobiliário.

O Rural iniciou o seu processo de internacionalização em 1996, com a inauguração da Rural Securities (Miami, Estados Unidos da América) e da Rural International (Nassau), tendo dado continuidade ao processo de internacionalização com a abertura do Banco Rural S.A., em 1998, localizado na Ilha da Madeira. Em 2000, foi aberto o escritório de representação em Londres, Inglaterra, e do escritório de representação em Luanda, capital da Angola, em abril de 2004.

6.2. Atividades do Rural

O Rural é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. Através de suas controladas, atua também nas áreas de seguros, arrendamento mercantil, corretagem de câmbio e valores mobiliários, administração de cartões de crédito, administração de fundos de investimento e de concessão de crédito. Para maiores informações sobre as sociedades controladas, ver item 6.4. abaixo.

Tradicionalmente, o Rural tem focado as suas atividades na concessão de crédito para empresas médias e pequenas, com faturamento anual entre R\$ 2 milhões e R\$ 50 milhões, que têm pouco acesso ao crédito e geram, por consequência, melhor rentabilidade. Além dessas atividades, o Rural atua no financiamento ao consumo, cartões de crédito e no atendimento aos clientes de alta renda para negócios de *private banking*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, o Rural apresentou prejuízo de R\$ 322 milhões, contra um lucro de R\$ 132,4 milhões em 2004. Tal prejuízo retrata a diminuição dos volumes de operação do banco devida ao desgaste de imagem do Rural decorrente de ter seu nome ligado à crise política deflagrada em junho de 2005. A crise impactou sensivelmente a captação de recursos do Rural, cujos depósitos caíram de R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2005. Na mesma proporção, o valor de suas aplicações em operações de crédito caiu de R\$ 3,4 bilhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 1,5 bilhão na mesma data em 2005.

Por conta do prejuízo verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, o patrimônio líquido do Rural encerrou o ano em R\$ 333,6 milhões, contra o total de R\$ 677,8 em 31 de dezembro de 2004. O ativo total do Rural em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 5,5 bilhões, contra um total de R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2005.

No primeiro semestre de 2006, o Rural concluiu diversas providências iniciadas no ano de 2005 com vistas a reduzir os impactos da crise ocorrida naquele ano, entre as quais a adequação de sua estrutura de pessoal e instalações e a alienação de ativos não operacionais dispensáveis. Além disso, foram criados novos instrumentos com o objetivo de atrair depositantes e investidores. Os fundos de investimento em direitos creditórios permitiram a captação, pelo Rural, de R\$ 200 milhões no primeiro semestre de 2006. Concomitantemente, o Rural promoveu.

Em 30 de junho de 2006, o ativo total do Rural totalizou R\$ 2,07 bilhões, contra R\$ 4,6 bilhões no mesmo período em 2005. O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2006 em R\$ 337,9 milhões. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 3,3 milhões, representando um aumento substancial com relação ao prejuízo de R\$ 129,6 milhões no mesmo período de 2005.

6.3. Estrutura de Controle e Administração

6.3.1. Estrutura de Controle

Atualmente, o Rural é controlado pela Trapézio S.A., que detém 67,6% do capital total, sendo 81,2% das ações ordinárias e 1,6% das ações preferenciais. Os demais acionistas são os membros da família Rabello, com 3,53% das ações ordinárias e 16,09% das ações totais e a família Sant'Anna, que detém 15,21% das ações ordinárias e 14,23% do capital total. A Trapézio S.A. é controlada por Kátia Rabello, Nora Rabello, Renata Rabello Costa e Vitória Rabello Nolli, através de usufruto de Jandira Rabello.

6.3.2. Administração

Na data deste Prospecto, a administração do Rural era exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com a seguinte composição:

Conselho de Administração do Banco Rural S.A.

Kátia Rabello	Presidente
Ajax Corrêa Rabello	Vice-Presidente
Nora Rabello	Vice-Presidente
Walter Leite Azevedo	Conselheiro

Diretoria Executiva do Banco Rural S.A.

Kátia Rabello	Presidente
José Roberto Salgado	Vice-Presidente
Plauto Gouvêa	Vice-Presidente
Guilherme Rocha C. Rabello	Diretor
João Heraldo dos Santos Lima	Diretor
Leda Corrêa Rabello Carvalho	Diretora
Wellerson Antônio da Rocha	Diretor
Vinícius Samarane	Diretor

6.4. Sociedades Controladas

O Rural controla diversas sociedades, financeiras e não financeiras. A tabela abaixo indica as sociedades controladas pelo Rural, com o percentual de participação detido pelo banco no respectivo capital social:

Atividade Bancária e Intermediação Financeira	Percentual do Capital
Banco Rural Mais S/A	100,00
Banco Rural de Investimentos S/A	100,00
Rural Leasing S/A - Arrendamento Mercantil	99,94
Rural Mais Leasing S/A – Arrendamento Mercantil(*)	100,00
Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	99,96
Rural Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	100,00
IFE – Banco Rural Uruguay S/A	100,00
Rural International Bank Limited (Bahamas)	99,00
Banco Rural Europa S/A	99,60
Rural Securities International Inc.	99,89
RS Crédito, Financiamento e Investimento S/A(*)	–
Atividade de Administração de Cartões	

Banco Simples S/A	100,00
Fasttec Administradora e Processadora Ltda. (Rutra Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.)	99,99
Atividade de Seguros, Previdência e Capitalização	
Investprev – Seguros e Previdência S/A	100,00
Rural Capitalização S/A	99,91
Rural Seguradora S/A	99,91
Não Financeiras	
RS Empreendimentos e Participações	51,00
Rural Clube Sociedade Civil Ltda.	94,95
Segurança Tratex S/A	99,99
Rural Trading S/A	100,00
Rutra Corretora de Seguros Ltda.	99,89
Radial – Imobiliária, Participações e Empreendimentos S/A	99,95
Rural Agroinvest S/A	97,08
Serra Dourada Serviços, Comércio e Empreendimentos Ltda.	99,89

(*) Companhias incorporadas.

As sociedades controladas pelo Rural atuam em diversos segmentos de atividade econômica além do sistema financeiro, tais como construção civil e de estradas, manutenção de rodovias, geração de energia elétrica, comércio de petróleo, agronegócios, setor imobiliário, dentre outros.

Em outubro e dezembro de 2005, o Banco, através de sua controlada Banco Rural de Investimentos S.A., alienou a totalidade de sua participação na Rural Factoring e na Concessionária Rodovia do Sol S.A. - Rodosol, respectivamente.

Em 15 de dezembro de 2005, os acionistas da controlada RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A., controlada pelo Banco deliberaram pela aquisição das ações de sua própria emissão, correspondentes a 49% do capital social. Essas ações foram adquiridas da BTS Participações e Empreendimentos S.A. e da Séculus Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., então acionistas detentores dos 49% do capital, pelo valor total de R\$66.946 mil. Essa operação de compra gerou um ágio de R\$40.400 mil que, conforme demonstrado em laudo de avaliação preparado por peritos independentes, está fundamentado na expectativa de lucro futuro da carteira de créditos consignados, trazidos a valor presente na data-base da operação. Como uma das medidas imediatas adotadas pela Administração, em 30 de dezembro de 2005, o então único acionista da RS Crédito Financiamento e Investimento S.A. deliberou pela incorporação da Instituição, o qual passou a sucedê-la em direitos e obrigações.

7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

7.1. Informações sobre as Partes

7.1.1. O Administrador

O Administrador, subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA), é uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Fundado em 1869 e com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, o Mellon Bank Corporation é, atualmente, um dos maiores administradores de recursos do mundo, sendo responsável pela administração de aproximadamente USD 808 Bilhões. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido por publicações internacionais especializadas, tais como pela Morningstar, edição de setembro de 1998. Em abril de 1998, o Mellon Bank Corporation recebeu o prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine.

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu ao Administrador ingressar no mercado brasileiro, bem como oferecer serviços de alto padrão de qualidade em administração de fundos de investimentos, atendendo, ainda, aos mais destacados e prestigiados administradores de carteiras independentes de recursos de terceiros, nos mercados nacional e internacional.

7.1.2. O Gestor

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo, o Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 61/62, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 06.576.569/0001.86.

Fundado em 2005, o Gestor é uma *joint venture* entre a Integral Trust Securitização e Serviços Financeiros, empresa de consultoria especializada em securitização e finanças estruturadas, e a Capitânia Gestores Ltda. (Capitânia Asset & Risk Management) reconhecida pelo trabalho de gestão de fundos de investimentos para investidores do mercado local e internacional.

O Gestor é uma gestora independente, especializada em fundos de recebíveis, com perfil ativo e passivo, possuindo capacidade e *expertise* para uma gestão de fundos lastreados nas mais diversas classes de direitos creditórios, utilizando-se de instrumentos de gestão visando uma maior eficiência, quando da implementação da política de investimento, alocação do caixa, e dos riscos específicos dos produtos.

O Gestor dedica-se ao atendimento das necessidades de empresas e investidores institucionais, estando capacitado a gerir produtos relacionados a: crédito consignado, crédito ao consumidor, financiamento de veículos e de bens de consumo, faturas de cartões de crédito, recebíveis imobiliários e recebíveis comerciais em geral.

O total de recursos administrados pelo Gestor em fundos de investimento em direitos creditórios, ao final de agosto de 2006, totalizava R\$ 1,12 bilhões.

7.1.3. O Custodiante

O Banco Bradesco S.A. é uma instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001/12.

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts* há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

7.2. Relacionamento entre as Partes

7.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

7.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

7.2.3. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

7.2.4. Relacionamento do Rural com o Administrador, o Gestor e o Custodiante

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não prestavam nenhum outro serviço ou mantinham qualquer outro relacionamento comercial com o Rural.

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Rural além daqueles descritos neste Prospecto.

8. ANEXOS
